

| 323 | MOVIMENTOS DE FRAGMENTAÇÃO/INTEGRAÇÃO SÓCIO- ESPACIAL: UMA BREVE ANÁLISE DA ORLA MARÍTIMA DA CIDADE DE OLINDA

Mariana Dantas Galvão

Resumo

O presente trabalho pretende discutir como é verificado o movimento de fragmentação, bem como o de integração sócio-espacial na cidade de Olinda em relação a sua orla marítima, extensão essa que abarca dois dos bairros considerados mais valorizados da cidade: Casa Caiada e Bairro Novo. Busca-se com isso entender a dinâmica que norteia o processo de configuração espacial na orla costeira do município e como os demais bairros, sobretudo os periféricos, desenvolvem a integração com essa localidade. Atualmente, o poder público municipal direciona investimentos para a beira-mar da cidade com obras de requalificação, o que já acarretou no aumento do número de empreendimentos imobiliários de médio a grande porte e na expansão dos serviços, através do aumento do número de bares e restaurantes. Hodiernamente, a Avenida Ministro Marcos Freire, correspondente à beira mar, é um dos pontos mais valorizados de Olinda e que tem como característica a conexão com os bairros mais afastados da cidade, os periféricos. Essa conexão é marcada pelas interdependências existentes e pelas trocas que ocorrem, o que comprova que não se pode falar em segregação sócio-espacial entre áreas desiguais da referida cidade e, dessa forma, que esses espaços não são estanques. Através do estudo de caso e da pesquisa bibliográfica, pôde-se constatar que seria demasiadamente simplista considerar os processos que envolvem a reestruturação das cidades como dual e segregacionista, desconsiderando a intricada gama de relações que estabelecem entre si.

Palavras-chave: Infra-estrutura. Desigualdade. Interdependência.

Introdução

Excluindo a visão simplista/dualista de que a estruturação dos espaços obedece a uma lógica segregacionista e excludente que pressupõe a rígida separação entre “espaços de ricos e de pobres”, a fragmentação e integração espacial surgem como ponto de debate que revela a real compreensão de que existe heterogeneidade acompanhada de uma simultânea articulação entre as diversas áreas da cidade, da região, ou mesmo do mundo, de maneira mais ou menos intensa, no tempo e no espaço.

Baseado nesse dado tem-se como objeto de interesse a escala de integração local em Olinda, mais particularmente entre sua orla marítima, porção essa que corresponde à área valorizada da cidade, e os seus bairros periféricos. O supracitado recorte espacial se deve ao fato de que a orla está passando por uma intervenção urbanística que se estende desde o início da década de 2000 e que desde então valorizou significativamente a localidade

a ponto de expandi-la em termos imobiliários e de determinar uma nova centralidade na cidade.

Observa-se que apesar da área trazer consigo o estigma de ser destinada à moradia das classes economicamente mais abastadas do município, a orla costeira revela um movimento que se contrapõe ao da segregação espacial ao ser ponto de constante fluxo e intercâmbio de sujeitos das demais áreas da cidade, periféricas ou não.

É certo que não se pode falar em completo afastamento, mas sim de variáveis maneiras de articulação entre os espaços. Todos eles, sem exceção, se relacionam tendo em vista a adequação ao sistema econômico imposto em âmbito global, todavia, respondendo cada uma delas conforme sua capacidade de ajuste, o que recai diretamente em fatores históricos, políticos, culturais, econômicos, dentre outros.

Dessa maneira, a análise do movimento fragmentação/ integração sócio-espacial requer a compreensão da capacidade que tem a cidade de promover diferentes padrões de ocupação, bem como as diversas condições de serviços e infra-estrutura, vitais para a promoção da integração entre os espaços.

O estudo de caso foi essencial para o entendimento de que, apesar de ser uma área caracterizada pela busca de distinção social, com a substituição do estoque construído por construções verticais, a orla Marítima de Olinda se articula com as outras áreas da cidade através das infra-estruturas, equipamentos urbanos e serviços existentes na localidade.

A população do município utiliza, se relaciona, interage com essa porção seja como o seu lócus de ocupação, seja como o espaço do encontro, do lazer. A praia corresponde a uma das formas mais acessíveis ao lazer das classes baixas de áreas periféricas que, mesmo sem proporcionar moradia a essas classes na sua costa, é predominantemente escolhida para seu entretenimento.

A pesquisa bibliográfica auxiliou no sentido de lançar as bases conceituais para a reflexão do processo de fragmentação/integração sócio-espacial, que é global e sempre esteve presente ao longo da história das cidades, sem descartar a importância da observação de campo, responsável pela articulação do tema com a realidade costeira da cidade de Olinda. A cidade é aberta sobretudo num período como o que vivemos, de avanço tecnológico que expande cada vez mais os movimentos discutidos no presente trabalho.

Fragmentação Sócio Espacial à Luz do Projeto de Requalificação da Orla

Podemos frisar que existem determinados tipos de áreas da cidade que ganham um tratamento diferenciado por serem capazes de promover de forma mais célere seu

crescimento econômico. A própria ação estatal não privilegia igualmente com obras de cunho urbanístico todas as áreas e camadas da população. Os investimentos aplicados na revitalização e urbanização de áreas destinam-se aos locais onde existe potencial de consumo, produção e comercialização, ou seja, onde habita as camadas hierarquicamente superiores da sociedade, onde certamente o capital monopolista encontrará terreno, no caso de Olinda, a orla marítima.

A desigualdade na distribuição de equipamentos públicos fatalmente acarreta na fragmentação sócio-espacial. Algumas características são marcantes para se entender essa dinâmica: construções de moradias conforme os moldes mais capitalistas; concessão permanente de regalias em relação à infra-estrutura urbana e localização dos serviços demandados pela classe social dominante; sentimento de distinção social, pertencimento ao grupo dos que residem no mesmo espaço e reprodução expandida do capital em decorrência da posse dos equipamentos mais nobres.

O fato do mercado imobiliário se tornar mais dinâmico constitui uma das ferramentas das transformações, tendo como elemento norteador a fragmentação social impulsionada por uma cada vez mais notável diferenciação social, diretamente relacionada com a divisão técnica e social do trabalho, que submete os sujeitos a ocupar os espaços com base nela que, quanto mais existente, mais promoverá desigualdade entre os indivíduos e os grupos, conforme colocado por Lacerda (2011).

Cria-se na coletividade uma ideia de que ao se residir em certa localidade, se pertence a uma determinada classe social, o que não deixa de fazer sentido, pois o preço do solo condizente com a sua valorização em termos de infra-estrutura retira a possibilidade de classes inferiores da população estabelecerem ali suas bases.

Dessa forma, ocupar um determinado espaço concede ao simples observador sua "leitura social" (LACERDA, 2011, p. 16). Inclusive a tendência atual é a de atribuir "modernidade" a construções verticalizadas, que geralmente conseguem atingir o imaginário coletivo como símbolo de prestígio e poder social, conforme salientou Lapa (2011) em seu texto intitulado "Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?".

A tendência mundial é que as áreas litorâneas são as mais densamente povoadas e com a maior infra-estrutura em relação a outros pontos da cidade. Pernambuco tem uma das costas mais densamente povoadas do país, até porque em relação aos outros Estados é mais estreita em decorrência do tipo de ocupação que se deu primeiramente no litoral.

Portanto, de início já houve uma exploração muito grande dessa área estendida até os dias de hoje, roubando a atenção tanto da sociedade civil quanto do poder público.

Além da questão do turismo, que atrai pessoas de todas as partes do mundo para regiões litorâneas, sempre carecedoras de equipamentos públicos para estimular o desenvolvimento dessa atividade e atrair sempre mais investimentos.

A costa marítima da cidade de Olinda na última década vem se tornado o foco de atenção no que diz respeito a temas como habitação, economia, turismo e lazer. A gestão municipal que idealizou e iniciou a execução de um projeto urbanístico que ganhou o nome de “revitalização e urbanização da orla marítima de Olinda”, permaneceu por dois mandatos sucessivos (2001-2004 e 2004-2008), deixando a cargo da nova gestão o andamento do projeto.

A obra engloba três bairros do município, Bairro Novo, Casa Caiada e Rio Doce, correspondentes à extensão da orla marítima que possui cerca de doze quilômetros de distância na sua totalidade.

A execução da obra atingiu até o momento apenas o Bairro Novo que já estava urbanizado, necessitando de obras no sentido de melhorar a qualidade dos equipamentos públicos já existentes, incluir novos equipamentos, melhorar a movimentação de veículos, ciclistas e pedestres e originar pontos de concentração de pessoas.

A mudança proveniente da primeira fase da obra abarcou o calçadão da orla que foi refeito, bem como todas as calçadas, revitalizando os diques (chamados de espigões). Na extensão do calçadão foi criado o espaço para a prática de *Cooper* e instalados equipamentos para ginástica; pequenas praças; quiosques, sendo alguns utilizados, outros ainda não, e *playgrounds*.

A orla do Bairro Novo vai da Rua Farias Neves Sobrinho até a Rua Tertuliano Feitosa, com aproximadamente 2,1 quilômetros de extensão. Recebeu um investimento de cerca de 4 milhões de reais a parte da obra que já foi executada, sendo a totalidade da obra orçada em aproximadamente 23 milhões de reais, restando um pouco mais de 4 quilômetros para a contemplação dos outros trechos.

Na pista de veículos houve a tentativa de se criar a ciclovia, porém, ao se fazer o ajuste para a sua implantação, constata-se que ainda não é adequada para o trânsito de ciclistas, pois não oferece segurança por não possuir qualquer barreira material de proteção e dividir o espaço com a via de automóveis.

Em relação à praia, a obra promoveu até mesmo uma ampliação na sua utilização, pois com o aporte de areia houve a melhora no acesso a praia pelo calçadão, antes dominado pelas pedras e com as escadas de acessocobertas de areia. Novos acessos à praia também foram criados.

Observa-se um melhor aproveitamento do espaço, que passou a ser mais movimentado. Hoje, as pessoas que buscam na orla a prática de atividades físicas se reúnem predominantemente no final da tarde e à noite, mas algumas delas podem ser encontradas no calçadão na madrugada, antes mesmo do nascer do sol.

O número de imóveis residenciais aumentou significativamente, uma vez que hoje existe uma expectativa de mudança urbanística para além de Bairro Novo, atingindo os bairros de Casa Caiada e Rio Doce. São empreendimentos que passaram a disputar em ousadia e modernidade, a exemplo do condomínio Estação das Paineiras, conhecidas como as torres gêmeas de Olinda, no bairro de Casa Caiada.

Sua construção teve início no ano de 2005 e em 2010 foi entregue a primeira torre, com 32 pavimentos, oferecendo quadra poliesportiva, praças, piscina semi-olímpica, salão de ginástica, salão de jogos, sauna masculina e feminina, pista de Cooper e salão de festas, com as unidades avaliadas atualmente em mais de seiscentos mil reais.

A fragmentação do espaço resulta no investimento do setor imobiliário em construir empreendimentos cada vez mais diferenciados em termos de luxo e requinte, separando camada pobre da camada rica da população, proporcionando tantas instalações nos condomínios quantas forem as necessidades do capital monopolista, o que evita que as pessoas saiam do seu âmbito de conforto e segurança, originando verdadeiras “ilhas de proteção”.

O espaço passa a ser temporário e em muitas situações estilhaçado por interesses individuais típicos do capitalismo sobre ele. A superação da criação do espaço para a sua destruição traz à tona as contradições da prática. Por um lado existe o imperativo da permanência no espaço por se tratar do abrigo de toda convivência social, e por outro, os anseios de lucratividade urgem através da reconfiguração do espaço, o que desemboca na identificação com a canção “Sampa” de Caetano Veloso quando ele afirma “da força da grana que ergue e destrói coisas belas”. E assim as cidades se “desenvolvem”.

O Estado necessita de justificativas para operar nas intervenções urbanísticas, normalmente utilizando a que faz crer na movimentação da economia, geração de emprego e desenvolvimento. O que se observa, à parte desses fatores, é uma crescente fragmentação sócio-espacial. O acesso a terra vem sendo cada vez mais limitado pela figura dos grandes condomínios fechados, por exemplo, delimitando a terra urbana de acesso público e a terra urbana de acesso privado.

Vale salientar que, existe uma parcela da população olindense que passa atualmente por um processo de negociação com o poder público municipal, por vezes

litigioso, que tem como centro do debate a desapropriação dos imóveis que ocupam uma faixa da praia que será urbanizada. No geral são pessoas que residem no local há mais de 20 anos e não aceitam o valor de caráter indenizatório que a Prefeitura da cidade as propõe por considerarem abaixo do preço de mercado.

Em contrapartida, a Prefeitura alega que muitos desses imóveis ocupam uma área irregular e o valor da indenização é proporcional ao da ocupação legal do imóvel. Argumenta que, apesar de nenhuma outra gestão ter se manifestado contra, os imóveis estão fora da área de loteamento, ocupando a rua, área que é pública e agora precisa ser desocupada para beneficiar a coletividade por meio da sua urbanização, não sendo justa a permanência dessas ocupações irregulares na área que deve atender a todos.

À parte de toda gama de interesses em disputa, se o desenlace da questão das desapropriações apontar para a retirada das residências e, conseqüentemente, das famílias que ali habitam com a anuência do poder judiciário, os valores indenizatórios não possibilitarão que a nova localização da moradia corresponda a áreas valorizadas da cidade, uma vez que não corresponde nem mesmo ao “piso” do valor geralmente atribuído aos imóveis dessas localidades, o que provavelmente desembocará na expulsão dos sujeitos para bairros periféricos de Olinda.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o de que a cidade é passível de ser tida como uma coisa (coisificação) e mais especificamente falando, como uma mercadoria e de luxo. Vainer (2000) ao discorrer sobre o planejamento estratégico como prática que dá lugar a um modelo de gestão urbana tecnocrático, centralizado e autoritário, coloca a cidade mercadoria como uma das analogias constitutivas do discurso existente nesse tipo de planejamento.

Uma das conseqüências de se conceber a cidade como mercadoria é a de vislumbrar a pobreza como “entorno social” e acentuar cada vez mais o processo de fragmentação sócio-espacial, uma vez que segundo o planejamento estratégico e os seus consultores catalães, agentes responsáveis por sua propagação no mundo, o público consumidor da cidade se caracteriza por ser muito específico e qualificado, com exigências que digam respeito especificamente a não visualização da pobreza.

Contudo, o que se coloca em foco quando se fala em fragmentação não é a separação rígida entre localizações, espaços diferenciados por questões sócio-econômicas, ou seja, separação entre o espaço de ricos e pobres, mais ou menos bem dotados de infraestrutura urbana, e sim diferentes maneiras de apropriação do espaço, o que revela a complexidade inerente às estruturas sociais em decorrência de uma divisão social do

trabalho que impõe um conjunto de condições econômicas, políticas, culturais e diretamente associadas aos padrões de ocupação dos indivíduos.

Com base na aceção do termo “fragmentação”, que segundo o Dicionário Silveira Bueno de Língua Portuguesa significa quebrar, dividir, seccionar, estilhaçar, e, trazendo o supracitado termo para a realidade urbana, podemos pensar a cidade como o espaço que abriga a diversidade nas formas de apropriação e uso, contudo, sem considerar que determinadas regiões são excluídas ou separadas do social ou da própria sede do município.

Integração Sócio Espacial na Orla Marítima de Olinda: o Lazer e a Ocupação como os Fatores Determinantes do Fluxo de Indivíduos Ocupantes de Áreas Periféricas da Cidade no Espaço

Como salienta Lacerda (2011), esses espaços da cidade que aparentemente se repelem por serem caracterizados como “espaços para ricos e para pobres” na verdade interagem e se conectam de diversas maneiras, uma vez que dependem um do outro. Diferem os níveis dessa interação no espaço e no tempo, sendo solidários em termos de trocas que dependem de fatores históricos, culturais, sociais, dentre outros.

O mercado imobiliário, no que concerne à fragmentação, tem seu papel na medida em é capaz de transformar de forma substancial a dinâmica dos espaços que passam a caracteriza-lo por ser o espaço de determinado tipo de classe social. A orla marítima da cidade de Olinda constitui um exemplo de área na cidade vista como atrativa ao setor imobiliário e a indivíduos que buscam distinção social.

Em consequência dessa atração, geralmente observável em toda e qualquer área litorânea da cidade, origina-se uma centralidade, que nada mais é do que a ocorrência de investimentos que tornem o terreno propício aos serviços. O comércio também passa a ser requerido, caracterizando o uso misto existente nessas áreas.

A beira-mar de Olinda possui a particularidade de constituir o “corredor gastronômico” da cidade, abrigando o maior número de bares e restaurantes disponíveis a quem procura variadas opções culinárias. Essa realidade passou a ser verificada com maior nitidez a partir da realização da primeira etapa do projeto de requalificação da orla (início da década de 2000), oportunidade em que houve a expansão imobiliária acompanhada da expansão dos serviços. Os estabelecimentos dessa área litorânea, no sentido de acompanhar

as transformações urbanísticas, reformaram seus interiores e fachadas, passando a valorizar mais o entorno e ampliar seus negócios.

Um ponto que merece ser destacado é o tipo de público que busca a praia como opção de lazer. Apesar de constituir um lugar essencialmente democrático por ser acessível a todo tipo de classe social, a praia de Olinda é pouco frequentada pelos moradores da orla. O que se observa é que quem mais procura essa opção são os moradores das áreas mais periféricas da cidade, enquanto que aos moradores da orla interessa mais usufruir a infraestrutura urbana, como o calçadão, espaços com equipamentos de ginástica e quiosques.

O fato da parcela da população que habita a periferia da cidade de Olinda migrar para um espaço da cidade, valorizado do ponto de vista habitacional e perante o próprio poder público para utilizá-lo como o lugar do encontro, do entretenimento aos finais de semana, representa um dos exemplos de que não existe o emprego prático do termo segregação que indica uma rígida separação entre os espaços.

O processo de integração de áreas aparentemente apartadas dessa cidade, como a beira-mar e os bairros periféricos, obedece ao nível de infra-estrutura que possibilita o fluxo constante de pessoas e coisas. A integração é medida justamente por esse fator, sendo por isso mesmo a fragmentação considerada por muitos autores a partir do processo de globalização econômica, com a revolução da informação e da técnica.

Alguns autores acreditam que a fragmentação é contemporânea ao processo de globalização da economia, contudo, desde a formação das cidades, as relações de solidariedade e troca entre as partes podem ser demonstradas. O fluxo de pessoas e matérias sempre esteve presente na rica dinâmica das cidades, verificável mesmo nos primórdios da vida urbana brasileira com os sobrados e mocambos, e importa considerá-la envolta a uma gama de complexos encadeamentos.

Lacerda (2011) discorre que sobretudo na década de 2000 se pôde sentir com maior intensidade mudanças no tocante aos espaços urbanos diretamente provocadas pelas novas configurações econômicas, afetando a cidade com o sobressalto dos serviços em relação à indústria. Esse significativo conjunto de transformações foi mais verificável nas realidades das metrópoles dos países latino-americanos.

O Brasil, bem como os demais países da América Latina, moldou-se às novas exigências, o que, contudo, não fez com que a partir do processo de globalização a fragmentação fizesse parte da realidade dos espaços. A estrutura urbana desde o período da colonização do Brasil revelava essa configuração, sendo exemplo emblemático a casa grande e a senzala.

Passando de uma vida rural para urbana, no nascedouro das cidades, ocorre a transição da estrutura arquitetônica da casa-grande para os sobrados, onde as classes de poderio social e econômico viviam e reproduziam seu estilo de viver. Paralelo ao surgimento dos sobrados surge os mocambos, moradia daqueles indivíduos vindos da escravatura ou simplesmente sem recursos que, além de sofrerem os efeitos de uma exclusão moral, racial, social e até mesmo espiritual, eram, em massa, afastados das zonas de moradia dos “senhores patriarcais” e suas famílias.

Retornando ao caso de Olinda em tempos atuais, existem relações de troca no que tange à ocupação da população da periferia, que muitas vezes deixa o bairro de subúrbio para trabalhar, seja nas residências (porteiros, zeladores, empregadas domésticas) ou para integrar o setor dos serviços, nos bares e restaurantes. É nítida a observação de que a praia tem um público fiel de frequentadores às segundas-feiras, dia da semana correspondente à folga dos garçons e demais funcionários do setor terciário, presente na beira-mar por meio dos bares e restaurantes.

Pode-se falar em desigualdade entre os espaços, refletida na destinação que é dada a certas áreas da cidade, de como são tratadas pela municipalidade no que concerne aos investimentos em infra-estrutura e até mesmo na forma em que é vista pela própria população, que a classifica e estigmatiza como apropriada ou inadequada a certo tipo de uso. Contudo existe intercâmbio entre esses espaços, revelando uma dependência mútua entre eles que, por sua vez, determinarão os diversos níveis de trocas.

Também ocorre a ocupação em áreas até então consideradas “suburbanas” por condomínios de alto padrão, ditos condomínios fechados, que representam uma “realidade” à parte do que a circunda, com uma gama de funcionários responsáveis pela segurança e muros que determinam a nada tênue separação em relação ao espaço público.

Porém, a tendência verificada na orla da cidade de Olinda é da verticalização, o que maximiza os lucros do setor imobiliário e “alimenta” o ego de uma classe média que busca ascensão e reconhecimento social no morar, podendo pagar o preço do imóvel que tem a vista pro mar.

Apesar da integração sócio-espacial ser verificada por meio dos serviços existentes na localidade que, a partir do início da execução do projeto de requalificação da orla, aumentaram em número, determinando a nova centralidade conferida ao espaço, e de uma rede de transporte público como mais um dos patrocinadores dessa integração, existem problemáticas que remetem à distribuição justa dos recursos infra-estruturais, não verificadas na maioria dos bairros da cidade de Olinda.

A cidade vista como dual, admitindo nela somente duas realidades antagônicas como a do rico e a do pobre, a legal e a ilegal, elimina todo o seu caráter complexo e impossibilita o seu entendimento a partir do ponto de vista da integração, que é o momento em que ocorrem as trocas, bem como anula a análise da intensidade dessas práticas.

A fragmentação espacial pressupõe o entendimento de como a cidade foi dividida e de que maneira suas partes são classificadas de acordo com o nível de infraestrutura que possibilite a integração entre suas partes, ou até mesmo entre as partes e outras cidades e o mundo. Essas partes são também distinguidas no que diz respeito à ocupação do solo e seus modelos de uso.

Conclusões

Através da pesquisa bibliográfica, foi realizado o estudo de como se dá o movimento de fragmentação e integração entre a sociedade no espaço. Verificou-se que essa dinâmica ocorre, ao contrário do que muitos estudiosos do tema defendem, desde períodos coloniais, e não apenas com a abertura das economias nacionais, consequência direta do processo de globalização.

Constatou-se que a fragmentação/integração sócio-espacial tem mais destaque a partir da década de 2000 nas metrópoles dos países da América Latina, o que coloca o Brasil como um dos atores de relevância nesse processo que se dá de forma simultânea, observável de maneira mais ou menos forte, a depender de fatores como infra-estrutura e serviços.

A cidade apresenta como característica a diversidade de formas de ocupação do solo e de dinâmicas sociais em seu território. Entendê-la numa perspectiva dualista retira toda a nossa capacidade de pensá-la como complexidade, o que limita nossa compreensão da realidade e até mesmo impossibilita propor soluções para os problemas que assolam a vida urbana.

A orla marítima da cidade de Olinda representou o estudo de caso em relação ao movimento de fragmentação e integração no âmbito local. Pode-se considerar que é uma das áreas mais valorizadas da cidade, com a promessa de ser ainda mais bem equipada com infra-estrutura, e central em relação aos serviços no município.

O presente trabalho apontou para a ocorrência da fragmentação na área que é objeto de forte interesse do setor imobiliário, promovedor da acentuada verticalização no local, que chama à atenção de um público que busca distinção e prestígio social no morar.

Ao mesmo tempo observou-se que essa área da cidade não é estanque em relação aos demais bairros periféricos em ocasião dos constantes fluxos que ocorrem na orla, seja para o lazer ou para o exercício do trabalho. São porções da cidade que se relacionam graças ao aparato infra-estrutural que possibilita a ocorrência dos fluxos de pessoas e matérias.

Estudos sobre o tema fragmentação/integração sócio-espacial devem permear o dia-a-dia dos profissionais responsáveis pelo planejamento das cidades uma vez que fornecem importantes dados para a implementação de planos de ação voltados para integrar de maneira mais justa a sua população.

A análise que deu foco à beira-mar da cidade de Olinda em relação aos bairros periféricos do município não se esgota nessa breve análise. Outros trabalhos podem contribuir para a compreensão dos movimentos aqui tratados, inclusive trazendo questionamentos que revelem maiores particularidades a despeito do tema em comento. Por ora, basta ter em mente, como afirma Lacerda (2011) que a cidade não constitui uma unidade homogênea.

Referências

FREIRE, G. 2006. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano, São Paulo, Global.

LACERDA, N. 2011. Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileira. XIV Encontro da Anpur, palestra na mesa Redonda Métopoles Hoje: Fragmentação / Integração, mimeo, 1-19.

LAPA, T. 2011. Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?, Recife, Editora Universitária da UFPE.

VAINER, C. 2000. "Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES O; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único - desmanchando consensos, 75-103.